

ATA DE REUNIÃO 01/2025

Comitê de Orçamento e Finanças e Subcomitê de Orçamento do Primeiro Grau de Jurisdição do TRT da 19ª Região

Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região		
REUNIÃO INICIAL		
Data: 28/03/2025	Horário: 13:30 horas	Local: sala virtual da Diretoria Geral do TRT19 - Plataforma Zoom
Participantes		
Laerte Neves de Souza, Desembargador do TRT19 _____		
Jasiel Ivo, Desembargador-Presidente do TRT19 _____		
Fernando Antônio da Silva Falcão, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Arapiraca _____		
Alonso Cavalcante de Albuquerque Filho, Juiz Presidente da AMATRA XIX _____		
Carlos Arthur de Macedo Figueiredo, Juiz do Trabalho Substituto _____		
Emanuel Holanda Almeida, Juiz do Trabalho Substituto _____		
Mary Lidian de Lima Ferraz, Diretora-Geral _____		
Isabela Franco Lima Santa Ritta, Secretária-Geral da Presidência _____		
Bráulio Clementino Martins Mendes Soares, Secretário de Ordenação de Despesas _____		
Victor Rezende Dorea, Secretário de Gestão Estratégica _____		
Manoel Messias Feitoza, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação _____		
Lauriston Chaves de Farias Júnior, servidor representante da ASSTRA XIX _____		
Marcos Antonio Apolonio da Silva, Chefe da SAEO _____		
José Antonio Jacinto Júnior, Coordenador de Apoio ao PJE _____		
Objetivo		
<ul style="list-style-type: none">- Apresentar e aprovar as atualizações do PAC 2025;- Sugerir medidas de contenção de gastos para viabilizar remanejamentos orçamentários;- Mostrar os índices de execução orçamentária do TRT 19ª Região no exercício de 2025;- Expor as demandas do Plano de Contingência de 2025;- Dar conhecimento das demandas envidas pelas Unidades Requisitantes através do DFD 2026;- Acompanhar o relatório de evolução de restos a pagar.		
Discussão da Pauta.		
<p>A reunião foi aberta às 13:45 horas, pelo Desembargador Laerte Neves de Souza. Iniciados os trabalhos A Diretora-Geral, Mary Lidian, informou que o orçamento da União ainda não foi sancionado pelo Presidente da República e que estamos executando o orçamento deste Regional por duodécimos. O Juiz Titular da 1ª VT de Arapiraca/AL, Dr. Fernando Falcão, solicitou informações acerca da construção das Varas do Trabalho de Arapiraca/AL. A Diretora-Geral comunicou que o projeto arquitetônico já foi</p>		

analisado preliminarmente pelo CSJT e que foram sugeridas poucas alterações. Após as alterações sugeridas pelo CSJT serão elaborados os demais projetos complementares de engenharia. O servidor Marcos Apolonio, Chefe da SAEO, apresentou aos participantes a pauta da reunião, os normativos que regem a atualização do PCA 2025, a informação de que não houve reajuste no orçamento de atividades deste Regional e que os contratos de trato sucessivos sofrem reajustes previstos contratualmente, o que aumenta o déficit orçamentário. Em seguida, sugeriu a revisão dos parâmetros para priorização das demandas, previstos no Manual para Preenchimento do DFD, com a inclusão de riscos iminentes (ausência, prejuízo para atividade fim e segurança/saúde/integridade física). O Desembargador-Presidente, Jasiel Ivo, destacou a importância da inclusão deste parâmetro, inclusive no que se refere a segurança/saúde/integridade física, exemplificando com a necessidade de nova aquisição de portais detectores de metais e raio X, nas entradas dos Fóruns Trabalhistas. Os membros aprovaram por unanimidade a revisão com a inclusão de novo parâmetro. Após, apresentou a 1ª atualização do PCA 2025, com os valores discriminados por centro de custos e tipo de verba (material, consumo e permanente), bem como as demandas apresentadas pelos gestores dos centros de custos que precisam de reforço orçamentário para o presente exercício e os seus respectivos planos de contingência consolidados. Visando atender as demandas que estão com déficit orçamentário foram propostas algumas ações para deliberação do Comitê e Subcomitê: a) manter a redundância de refrigeração na sala de servidores de rede com a climatização alternada de equipamentos; b) promover o desligamento da climatização das guaritas entre 17:30 às 20:30; c) horário de funcionamento único do TRT, das 7:30 às 14:30; d) Campanha mais incisiva quanto ao consumo de energia elétrica com apoio da Presidência; e) eliminação da manutenção dos geradores do interior do Estado, com o seu desligamento; f) utilização de carta simples em vez de carta registrada no contrato dos Correios; g) alteração das demandas contratadas de energia elétrica; h) Redução de postos de trabalho dos contratos com mão-de-obra residente, em caso das medidas anteriores não suprirem o déficit orçamentário. Para a proposta elencada na letra “h”, ficou deliberado pelos presentes que será formado um grupo de estudo composto pela DG e SA para análise e proposição das possíveis supressões de postos de trabalho, em comum acordo com os gestores das unidades envolvidas. O Juiz do Trabalho, Carlos Arthur, alertou que, caso haja a supressão de postos de trabalho, o Tribunal deve ter o cuidado de não indicar as pessoas que serão demitidas. O Juiz do Trabalho, Emanuel Holanda, ressaltou que o atual valor do contrato de vigilância deste Regional é proporcionalmente um dos mais caros entre os TRT's, o que torna obrigação a redução do custo dessa contratação, por se tratar de interesse público. O Presidente da Amatra XIX, Alonso Cavalcante, solicitou que nos estudos a serem realizados seja considerado a redução de postos como última condição.

Diante da proximidade da elaboração da Proposta Orçamentária Prévia de 2026, expôs a consolidação dos Documentos de Formalização de Demanda para 2026 das unidades requisitantes, consolidadas em Versão Preliminar do PCA 2026, onde ainda falta a indicação de índice de correção pelo CSJT a ser aplicado sobre o PCA de 2025. Também apresentou o relatório de acompanhamento de restos a pagar deste Regional desde 2021 até o presente exercício financeiro. Ao término da apresentação, ficou aprovado, por unanimidade: a) manter a redundância de refrigeração na sala de servidores de rede com a climatização alternada de equipamentos; b) promover o desligamento da climatização das guaritas entre 17:30 às 20:30; d) Campanha mais incisiva quanto ao consumo de energia elétrica com apoio da Presidência; e) eliminação da manutenção dos geradores do interior do Estado, com o seu desligamento; g) alteração das demandas contratadas de energia elétrica. Quanto a utilização de carta simples em vez de carta registrada no contrato dos Correios, os membros resolveram aguardar o estudo que está sendo realizado pela CAVT, que será submetido à Presidência deste Regional. Por fim, quanto a redução de postos de trabalho dos contratos com mão-de-obra residente, o estudo que será realizado pela DG e SA, também será submetido à Presidência deste Regional para análise e deliberação. Após os ajustes das demandas que se encontram com déficit orçamentário, a 1ª atualização do PCA 2025 deverá ser publicada no sítio eletrônico do Tribunal. Às 15:25 horas a reunião foi encerrada pelo Exmo. Desembargador Laerte Neves.

Encaminhamento

I – Revisar os estudos de essencialidade e prioridades das demandas que geram gastos orçamentários deste Regional.

Responsável: DG e SAEO.

II – Realizar um estudo para atendimento das demandas com déficit orçamentário, com possíveis supressões contratuais.

Responsável: DG, SA e SAEO.

III – Submeter a 1ª atualização do PCA 2025 à Presidência e ao Tribunal Pleno para apreciação e posterior publicação.

Responsável: DG e SAEO.

IV – Realizar um estudo para utilização de carta simples em vez de carta registrada no contrato dos Correios.

Responsável: Presidência e CAVT.

Ata elaborada por:	Data: 02/04/2025
Marcos Antonio Apolonio da Silva	